

Índice

O atendimento aos idosos recai nas mulheres.....	1
Porque é tão delicado o debate migratório nos EUA.....	2
Riscos que espreitam o Ocidente num mundo instável.....	3
“El fin de la alquimia”	4

O atendimento aos idosos recai nas mulheres

A grande maioria dos cuidados a pessoas doentes ou idosas são realizados no seio da própria família, embora pelo seu caráter informal não seja fácil conseguir dados exatos. Contudo, os dados disponíveis mostram que as mulheres estão mais representadas do que os homens, especialmente nas tarefas mais exigentes, o que as leva a sacrificar as suas carreiras profissionais.

As mulheres (fundamentalmente filhas ou mulheres dos idosos ou doentes dependentes) são maioria no setor dos cuidados informais: entre 60 % e 70 %. A diferença é maior durante a vida ativa, e diminui ligeiramente a partir dos 65 anos, com a contribuição de alguns reformados que tratam das suas mulheres. Igualmente os beneficiários desses cuidados são maioritariamente mulheres, sobretudo entre as de idade mais avançada.

Segundo um relatório do Population Reference Bureau, referente aos Estados Unidos, no caso dos idosos que recebem cuidados, são as suas mulheres que na maioria dos casos tomam conta deles. Pelo contrário, quando são elas as necessitadas, as filhas, não os maridos ou os filhos, assumem em primeiro lugar a tarefa de tratar delas, tanto mais quanto maior for o grau de dependência que a mãe tiver.

Muitos dos que atendem um familiar têm de prescindir do seu trabalho profissional ou reduzir a sua jornada laboral. Segundo dados da AARP, a associação de reformados mais importante

dos EUA, neste país quase metade dos cuidadores estão desempregados (40 %) ou têm trabalhos a tempo parcial.

A dificuldade para conciliar os cuidados com a vida profissional afeta especialmente as mulheres. Elas estão super representadas entre os cuidadores que tomam as decisões mais radicais: mudar de trabalho, abandonar a vida profissional ou reduzir a jornada laboral. Isto significa que, em conjunto, o volume de rendimentos perdidos pelas mulheres devido ao atendimento que prestam a familiares é muito maior.

Muitas cuidadoras salientam que as empresas lhes dão menos facilidades para flexibilizar horários ou para regressarem ao posto de trabalho depois de uma baixa temporária do que as novas mães. Por outro lado, embora a AARP saliente que somente uma minoria dos cuidadores com emprego foi objeto de alguma atenção na empresa devido ao tempo dedicado ao atendimento familiar, é significativo que a percentagem de autónomos seja entre eles bastante mais elevada do que no conjunto da população empregada (17 % contra 10 %).

Na União Europeia, a percentagem de mulheres com jornada laboral reduzida é maior na faixa etária dos 50 aos 65 anos, do que na dos 25 aos 50, apesar desta incluir as mães com filhos pequenos. Isto explica-se em parte pela dedicação a cuidar de familiares idosos.

A relação entre a necessidade de cuidar de um familiar e o emprego feminino não é igual em todos os países. Um relatório de 2010 que comparava dados de várias regiões europeias salientava um forte contraste entre o norte e o sul do continente, e atribuía-o a dois fatores: o diferente grau de generosidade nas ajudas públicas e a maior presença laboral da mulher nos países do norte europeu.

Concretamente, o estudo explica que no norte do continente há mais mulheres cuidadoras, mas as sulistas dedicam mais horas. Isto está relacionado com a percentagem de idosos ou doentes que vivem em lares familiares – nos seus próprios, ou nos das filhas cuidadoras – ou num lar. A primeira situação é muito mais frequente no sul do que no norte da Europa.

Daí que a proporção de cuidadoras sem emprego seja maior no sul do continente. Todavia, a falta de trabalho remunerado nem sempre se deve a que as cuidadoras o tenham abandonado para atender parentes. Também pode acontecer que não o tivessem antes, ou que não o queiram: estas mulheres têm, em média, um nível de estudos mais baixo e, portanto, são menores os salários que deixam de receber por não estarem empregadas.

Um dado significativo é que entre as cuidadoras existe maior percentagem de casadas. Embora o relatório não estabeleça uma relação causal entre estes fatores, é provável que a estabilidade, igualmente económica, do casamento, facilite cuidar de pessoas dependentes.

Um inquérito do Pew Research Center na Alemanha, Itália e Estados Unidos mostra que, nos três países, os filhos (ambos os sexos) de pessoas idosas afirmam tê-las ajudado sobretudo com recados, trabalhos do lar ou pequenos arranjos domésticos. Assim aconteceu entre 60 % e 70 % dos inquiridos. Além disso, cerca de 20 % (cerca de 30 % nos Estados Unidos) também ajudaram economicamente os seus pais.

Menos são aqueles que nos últimos doze meses lhes prestaram assistência em tarefas pessoais como vestir ou dar banho. É precisamente nesta categoria, a que mais tempo exige, onde mais se percebe a diferença de género entre os cuidadores: com exceção da Itália, onde mal existe diferença, a percentagem de mulheres duplica largamente a de homens.

O predomínio feminino aumenta quando a pessoa atendida sofre um impedimento maior, seja físico ou psíquico. Um estudo publicado em 2015, que analisava o perfil sociocultural e a situação laboral de quase 700 cuidadores de idosos com Alzheimer ou outras demências no sul de Espanha, deu vários resultados significativos. Em primeiro lugar, a maioria de mulheres é esmagadora. Em segundo lugar, os que atendem pessoas com demência não costumam ter emprego, e isto acontece sobretudo em mulheres com baixo nível de estudos e que coabitam com o doente.

Por tudo isso, não é de estranhar que 15 % das mulheres inquiridas pelo Pew digam sentir-se sobrecarregadas, contra apenas 5 % dos homens. Contudo, a grande maioria dos cuidadores (homens e mulheres) qualifica a experiência como “gratificante”. Apenas 25 % se referem ao seu trabalho como “desgastante”.

No entanto, os cuidados, sobretudo quando são intensivos, deixam marcas na saúde psíquica e física dos que os desempenham. Várias investigações documentaram uma maior incidência de sintomas de depressão entre os

cuidadores, especialmente entre os que vivem no mesmo lar que a pessoa atendida e os que se encarregam de familiares mais limitados, como aqueles que sofrem de demência. Daí que alguns especialistas tenham pedido para que haja uma melhor integração dos cuidadores informais na rede de atendimento público.

F. R.-B.

Porque é tão delicado o debate migratório nos EUA

A reforma do sistema migratório é um tema candente desde há vários anos nos Estados Unidos. Nem George W. Bush nem Barack Obama conseguiram que o Congresso aprovasse os seus projetos de reforma. Agora, Donald Trump parece decidido a passar por cima deste debate por decreto. Mas qualquer tentativa de resolver este assunto com mão dura está destinada ao fracasso.

A proibição temporária da entrada nos EUA de imigrantes e refugiados de 7 países (o Iraque veio a ser retirado da lista em 6 de março) de maioria muçulmana, aprovada em 27 de janeiro, veio precedida de outros polémicos decretos. Dois dias antes, o presidente republicano ordenara ampliar o muro na fronteira com o México – que hoje cobre 1100 quilómetros –, construir mais centros de detenção, ampliar a patrulha fronteiriça, agilizar as deportações e retirar os fundos federais às cidades que deem facilidades aos imigrantes que entraram no país de forma ilegal.

De modo a trazer serenidade a este debate, alguns *think tanks* de esquerda – como o Fiscal Policy Institute ou o Center for American Progress – sublinham a contribuição dos imigrantes e dos refugiados para o crescimento económico do país, um argumento que teoricamente poderia tranquilizar os republicanos mais opositores à reforma migratória.

O jornalista do “The Wall Street Journal”, Will Connors, explica que esse argumento não está a ser esgrimido somente pelas grandes “cidades santuário” como Chicago, São Francisco ou Nova Iorque – de tendência democrata –, mas também por outras mais pequenas como Columbus (Ohio), Troy (Michigan) ou Garden City (Kansas), situadas no “cinturão do Óxido” e no Meio Oeste, onde Trump é muito popular.

Embora algumas autoridades republicanas desses estados tenham apoiado o veto de Trump, outras do mesmo partido mostraram-se favoráveis ao acolhimento. O estado do

Michigan, controlado pelos republicanos, foi o que mais refugiados sírios acolheu no ano passado depois da Califórnia.

Connors avança com outro dado que questiona a eficácia do veto migratório. Das 180 pessoas acusadas de delitos relacionados com o terrorismo jihadista em solo norte-americano, apenas 11 provinham da Síria, Iraque, Irão, Líbia, Iémen, Sudão ou Somália, os 7 países inicialmente vetados por Trump.

Mas é muito possível que estes dados não convençam os republicanos que se opõem a qualquer projeto de reforma migratória que contemple um caminho para regularizar os imigrantes indocumentados.

Aconteceu nos tempos de Bush e repetiu-se com Obama: os republicanos da Câmara de Representantes frustraram os seus projetos de reforma, não tanto por questões económicas ou de segurança – ambos queriam reforçar os controlos fronteiriços –, mas porque previam um processo de regularização que os mais relutantes encaravam (e continuam a fazê-lo) como uma “amnistia” para os sem papéis.

Este ponto do debate migratório, talvez o mais conflituoso, reflete bem a ideia de justiça que os republicanos de linha dura utilizam. A eles ajusta-se melhor que a ninguém o que diz o linguista George Lakoff sobre os conservadores: “Dentro da moral do Pai Severo, os imigrantes ilegais são atores que não cumprem a lei e devem ser castigados. (...) Esperar que o Estado proporcione alimento, teto e atendimento sanitário aos imigrantes ilegais é como esperar que uma família alimente e dê teto e cuidados a crianças do bairro que se enfiam na nossa casa sem licença”, escreve em “Moral Politics”.

Os mais compreensivos com a imigração ilegal, pelo contrário, veem este ponto do debate na perspetiva do Pai Atento, acrescenta Lakoff. Na sua maioria, os sem papéis “são considerados pessoas inocentes, sem recursos, que procuram uma vida melhor e que, muitas vezes, são vítimas da exploração”. Igualmente, os progressistas funcionam com categorias morais neste debate: é justo que o Estado garanta serviços essenciais aos imigrantes – mesmo que sejam ilegais –, porque, graças aos trabalhos que efetuam nos lares de classe média e alta, ambos os pais podem trabalhar fora de casa e ganhar dois salários, o que permite “ao Estado angariar mais impostos, (...) e a muitos setores, obter mais lucros, os quais são tributados”.

Um argumento semelhante utiliza o arcebispo de Los Angeles, Mons. José Gómez, de origem mexicana e eleito há pouco tempo vice-presidente da conferência Episcopal dos Estados Unidos. Para moderar a ânsia justiceira dos que querem castigar os indocumentados, insiste em ampliar-lhes o seu conceito da justiça: “Por pouco dinheiro, trabalham nos nossos restaurantes e nos nossos campos; nas nossas indústrias, jardins, lares e hotéis. Falta-lhes a proteção social suficiente contra a doença, a deficiência ou a velhice. (...) Servem como amas e cuidadoras, mas os seus filhos não podem obter um emprego [com contrato] ou estudar na universidade, porque os seus pais trouxeram-nos ilegalmente para o país”.

O tema dos imigrantes ilegais – 11 milhões no país – é importante, porque dá o tom geral a este debate. Na realidade, nem Bush nem Obama avançaram para um perdão sem condições: a regularização estava prevista sob determinados requisitos e sempre com a ideia de que aqueles que tinham transgredido a lei, deviam ganhar o seu direito à residência permanente, por exemplo, através do pagamento de uma multa como compensação por não terem pago impostos enquanto viviam na clandestinidade.

A diferenciação é fundamental, porque afeta – novamente – as duas ideias de justiça mais presentes na política norte-americana. Como explicou Alasdair MacIntyre no seu livro “After Virtue”, em geral, o norte-americano médio debate-se entre duas noções de justiça: uma fundamenta-se em pretensões com base no legítimo direito; a outra, em pretensões com base nas necessidades essenciais. E ambas fazem referência ao mérito: “O que A alega em seu próprio benefício, não é apenas que tem direito ao que ganhou, mas que o *merece* devido à sua vida de trabalho duro; o que B lamenta em benefício dos pobres e marginalizados, é que a sua pobreza e a sua marginalização são *imerecidas* e, portanto, injustificadas”.

Visto assim, o dilema da “amnistia” perde força: é verdade que os que entraram de modo ilegal no país não cumpriram a lei, mas podem reparar esse incumprimento pagando os seus impostos atrasados. Existem razões morais – acentuadas pela situação atual em que muitos sem papéis se encontram – para lhes dar a oportunidade de adquirir legitimamente um direito a que aspiram.

J. M.

Riscos que espreitam o Ocidente num mundo instável

As próximas eleições presidenciais são consideradas cruciais, tanto para o futuro da França, como para o da Europa. Essa opinião também é partilhada por Nicolas Baverez, autor do livro “Danser sur un volcan. Espoirs et risques du XXIème siècle” (Albin Michel).

Baverez ergue a sua voz para criticar essa inconsciência das sociedades europeias, e nomeadamente da francesa, que chegaram a acreditar que viviam numa câmara condicionada de paz, liberdade e prosperidade perpétuas. Os efeitos do 11 de Setembro de 2001 e da crise financeira de 2008 não os fizeram despertar das suas ilusões. Continuaram a acreditar que a História tem um plácido curso linear e esqueceram-se, no seu paraíso pós-moderno, de que tem as suas oscilações e

acelerações, e que estamos a viver um momento fascinante e trágico em simultâneo. A Geopolítica voltou a estar num primeiro plano e afloraram conflitos e atos de violência ao mesmo tempo que ressurgem ambições imperiais, ou pelo menos de esferas de influência, com os exemplos da Rússia, China, Irão, Turquia...

Baverez, em resumo, vem recordar-nos que vivemos num mundo instável e cheio de incertezas, com nacionalismos em alta ou um jihadismo que se tornou muito mais perigoso com o surgimento do Estado Islâmico, e a crise dos refugiados na Europa é outra consequência deste cenário político pouco tranquilizador.

Baverez adverte as democracias para que não alimentem certas ilusões: a de pensar que os momentos atuais são excecionais e que, mais tarde ou mais cedo, as coisas voltarão à normalidade. Não é um facto garantido que o Ocidente continuará a liderar a história, ainda que não seja o ator exclusivo no cenário mundial. Todavia, o seu pensamento liberal impede Baverez de ser fatalista e, consequentemente, o livro expressa a urgente necessidade do Ocidente se adaptar à nova época ou acabar por ser marginalizado.

Os ocidentais, e concretamente os europeus, esqueceram a história. Soa-lhes estranho que lhes falem de guerras e revoluções, mas estes acontecimentos fizeram sempre parte do enredo histórico. Nem as guerras nem as revoluções desapareceram, apesar da miragem de proclamar o fim da história quando acabou a guerra fria. Pelo contrário, estamos a viver num sistema multipolar e caótico, no qual a guerra, ou antes, a violência, escapa do monopólio dos Estados.

Apesar deste cenário, Baverez denuncia que a Europa pretendeu sair da história. Esta pretensão inútil teve como efeito a multiplicação da preguiça e da demagogia, que se vão associando ao ritmo de ideias simples que só podem ser ideias falsas. Todavia, poderia assinalar-se ao autor que esta situação não só é atribuível aos líderes políticos, como também é fruto de uma mentalidade muito disseminada, que nos faz pensar que são os próprios povos europeus, apoiados no seu bem-estar, que quiseram sair da história.

Logicamente, "Danser sur un volcan" foi destinado, sobretudo, aos leitores franceses. O autor defende a chegada de um poder executivo que saiba fazer evoluir o modelo económico-social francês, próprio de um Estado com as hipotecas de uma crescente despesa pública, a perda do tecido industrial, a baixa competitividade e o desemprego permanente.

A este respeito, faz grandes elogios à Alemanha, a primeira economia europeia, um país que soube adaptar-se aos novos tempos para continuar a ser uma potência industrial. Daí que insista na importância de reativar o eixo franco-alemão para avançar na integração europeia, embora se conheça que o elo mais fraco é a França.

No entanto, essa integração passa por Estados-nações fortes, pois Baverez não acredita que o Estado seja uma entidade que venha a perder peso no século XXI. Além disso, não ataca

o Estado-providência, mas defende sim a sua reforma seguindo o exemplo alemão.

E salienta que, sem reformas económicas eficazes, a França corre diversos riscos: o político dos extremismos, o diplomático da perda de influência e o estratégico do aumento das ameaças externas e internas. Apesar de tudo, há apelos ao otimismo, pois a França não está acabada, porque conta com uma demografia dinâmica, uma mão de obra qualificada e infraestruturas modernas.

"Danser sur un volcan" é um livro escrito por um economista que não considera que tudo se deve limitar às soluções económicas. O economicismo não pode substituir a batalha das ideias. Raymond Aron, mestre de Baverez, também era versado em economia, mas dava preferência às reflexões sobre a política e a história. Costumava recordar que a nossa civilização, se quiser chamar-se verdadeiramente liberal, é uma civilização do cidadão e não do consumidor e do produtor.

Por isso, uma das muitas conclusões que podemos deduzir deste livro é que o mero pragmatismo não basta para enfrentar o auge da demagogia e do populismo. E a verdade é que a mentalidade economicista acaba por dar prioridade absoluta à segurança sobre qualquer outra perspetiva. Sobre este aspeto, Baverez adverte-nos sobre o perigo de dissociar a liberdade política da liberdade económica. Sem ir mais longe, observamos esta separação na China. Poderíamos interrogar-nos se este risco afetará também outras potências emergentes, mesmo que não apenas elas. É um perigo que já intuiu Alexis de Tocqueville em "Da democracia na América", ao mencionar a existência de homens centrados exclusivamente em si mesmos, entregues aos seus pequenos prazeres, e para os quais a espécie humana se reduz aos seus filhos e amigos íntimos.

Resumindo, a democracia do século XXI continua a ser assombrada por dois grandes males: o individualismo e a perda do sentido do bem comum. Estes males são obstáculos para enfrentar os desafios locais e globais do tempo presente.

A. R. R.

"El fin de la alquimia"

"The End of Alchemy"

Autor: Mervyn King

Deusto. Barcelona (2016).

456 págs.

Tradução (castelhano):

Gustavo Teruel

Mervyn King foi protagonista e testemunha de exceção, como governador do Banco de Inglaterra (2003-2013), da grave crise económico-financeira que se desencadeou em 2007. Prestigiado pela sua experiência e formação académica, escreveu um livro comprometido e corajoso no qual não se refugia em desculpas, nem no discurso do encadeamento de circunstâncias que deram lugar à tempestade financeira perfeita. Para ele, a crise que ainda se faz sentir não tem a ver com banqueiros malvados ou bancos centrais incompetentes, mas com forças económicas mais profundas.

"El fin de la alquimia" é um livro penetrante, mas simultaneamente claro e acessível, sobre o funcionamento da economia e, nomeadamente, sobre duas das suas instituições mais importantes: o dinheiro e a banca. Durante muitos séculos considerou-se que o dinheiro e a banca eram os motores da economia capitalista, mas segundo o autor são realmente o seu elo mais fraco. Por um lado, os bancos são indispensáveis, mas por outro, são perigosos, por operarem com uma mercadoria tão especial como o dinheiro. Neste sentido, King considera que os sistemas monetário e bancário foram construídos sobre aquilo que ele denomina alquimia financeira, que consiste em procurar converter ativos reais ilíquidos em ativos financeiros líquidos.

Este ensaio passa em revista a história do dinheiro e do sistema financeiro, expõe a diferença entre risco e incerteza na tomada de decisões financeiras, descreve o papel dos bancos centrais, e a influência que a política exerce sobre o valor do dinheiro.

A sua proposta para resolver a fraqueza do sistema bancário é que qualquer banco central deixe de ser prestamista de último recurso, e se converta em "*empenhador* para todas as estações". Isto é, que esteja disposto a emprestar dinheiro ao banco que o peça, sempre e quando esse banco deixe como penhor uma garantia que permita cobrir o valor do empréstimo solicitado.

Para evitar, portanto, uma nova crise económica, é necessário tanto reformar o sistema financeiro, como corrigir o desequilíbrio da economia mundial. Ou o que é a mesma coisa, configurar urgentemente uma nova ordem mundial que permita responder aos desafios que levantam atualmente as economias capitalistas. King deposita a sua esperança em que a pressão dos acontecimentos venha a obrigar os estadistas a assumirem este projeto inevitável.

L. B. M.

